

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2023 PARA O CREDENCIAMENTO DE USINAS DE BENEFICIAMENTO DE LEITE PARA O FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO INTEGRAL PARA O PROGRAMA LEITE – PAA- LEITE

O ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, doravante denominada SEDH, faz saber a todos que conhecerem do presente edital, que abrirá inscrição para o Credenciamento de Laticínios interessados em contratar, por meio de inexigibilidade de licitação, o fornecimento e distribuição de Leite Pasteurizado Integral para o Programa Leite – PAA – Leite. Fundamenta-se: Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo Decreto Federal nº 11.476, de 6 de abril de 2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, pelas Resolução nº 04/2022 do Grupo Gestor do PAA do Governo Federal, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas atinentes, pelas disposições deste instrumento convocatório e seus anexos.

O edital e seus anexos podem ser acessados na página eletrônica: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/editais1-1>. A documentação exigida para a habilitação deverá ser entregue no período de 17 de agosto de 2023 a 31 de agosto de 2023, presencialmente, protocolado no setor de protocolos do Órgão, localizado na Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 2501, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, no horário das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada de Cooperativas, Associações e/ou Empresa Privada de Laticínios para prestação de serviço de captação, beneficiamento e distribuição de leite de cabra e de vaca, oriundo da agricultura familiar, visando à execução do PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA, conforme Convênio nº 919.460/2021 e alterações, celebrado entre o Governo Federal e o Estado da Paraíba;

1.2 As especificações do objeto estão contidas no **ANEXO I** deste Edital, cujas

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

estimativas são de consumo trimestral e poderão ser requisitadas gradativamente, de acordo com as necessidades da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, conforme Termo de Referência e Anexo.

2. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1 Até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do credenciamento, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente ato convocatório;

2.2 O pedido de esclarecimento ou a impugnação ao edital e seus fundamentos deverão ser protocolados na Secretaria de Estado De Desenvolvimento Humano da Paraíba, dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Credenciamento e endereçados à SEDH, Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Bairros dos Estados, telefones (83) 99183-2024 e/ou (83) 3133-4070 de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, ou pelo endereço eletrônico: cpl@sedh.pb.gov.br

3. DO ESCOPO DO SERVIÇO

3.1 Credenciar Usinas de laticínios e/ou Cooperativas/Associações com a finalidade de captação, beneficiamento e distribuição de leite de vaca, oriundo da agricultura familiar:

3.1.1 Captação: coletar dos agricultores o leite bovino e/ou caprino, oriundo da ordenha completa, ininterrupta e em condições de higiene, de vacas/cabras sadias, bem alimentadas e descansadas;

3.1.2 Beneficiamento: tratamento do leite, desde a seleção, por ocasião da entrada no estabelecimento, até o seu acondicionamento, obedecendo à legislação específica e tem por finalidade principal receber, filtrar, aquecer na temperatura

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02

específica para pasteurização e envasar higienicamente o leite destinado diretamente ao Programa;

3.1.3 Distribuir: transportar o leite da usina beneficiadora para o ponto estabelecido (Ponto Central), observando as condições e adequações do veículo para o transporte, ou seja, o mesmo deve ser refrigerado e/ou isotérmico em temperatura ideal para a sua conservação;

3.2 O Programa deve ter os produtores de leite vinculados a uma Usina, de forma, a garantir, um controle efetivo de origem do produto:

3.2.1 O PAA – Leite, no seu mecanismo de funcionamento de captação de leite pelas Usinas, deve ter os produtores de leite vinculados à mesma, pela linha de captação, garantindo, dessa forma, um maior controle de origem do produto e qualidade do mesmo que será entregue a usina, processado e analisado a qualidade de cada litro entregue antes do seu beneficiamento (pasteurização e embalagem).

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1 É vedada a participação no Chamamento Público de Organização da Agricultura Familiar ou o Laticínio que esteja cumprindo sanção que a impeça de participar de licitações ou de ser contratada pela Administração Pública;

4.2 O Laticínio interessado em participar do credenciamento deverá atender, além das especificações constantes no presente Edital e seus Anexos, os seguintes itens:

4.2.1 Não ter sido declarada suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraíba;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



4.2.2 Não ter em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico servidor de qualquer órgão ou entidade pública;

4.2.3 Na vigência do edital o Laticínio que atender à totalidade das exigências poderá, a qualquer tempo, ser credenciada, apta a eventual contratação;

4.2.4 A Organização da Agricultura Familiar ou o Laticínio deverá ter sede administrativa e industrial no Estado do Paraíba;

4.2.5 A captação de Leite Cru pelo Laticínio interessada no credenciamento de que trata este Edital deverá se circunscrever a propriedades leiteiras situadas no território paranaense;

4.2.6 O Laticínio deverá possuir estrutura de beneficiamento e armazenamento aprovadas pelo Serviço de Inspeção competente e os meios de transporte adequados e suficientes para atender às demandas CONTRATADAS, conforme os pontos de recebimento e distribuição informados no Termo de Referência.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 A partir da publicação deste Edital e durante sua vigência é possível o credenciamento do Laticínio interessado que atender aos requisitos nele estabelecidos.

5.2 O Laticínio, na inscrição pela qual formaliza seu interesse em participar do Chamamento Público, deverá indicar as regiões relacionadas no ANEXO I para as quais pretende fornecer e distribuir o leite beneficiado.

5.3 É facultado ao Laticínio credenciado, a qualquer tempo, requererem seu descredenciamento, para tanto, notificando a SEDH com 03 (três) dias de antecedência, e que responderá ao pedido no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

- 5.4 O pedido de descredenciamento não desonera o Laticínio credenciado de cumprir eventuais contratos assumidos e as conexas responsabilidades, sob pena de lhe ser cominada as sanções previstas na Lei 8666/93.
- 5.5 O Laticínio credenciado que deixar de ter interesse em ser CONTRATADO pela SEDH deverá formalizar pedido de descredenciamento, sem prejuízo de cumprir as obrigações de contrato que eventualmente tenha firmado.
- 5.6 O Laticínio interessado em participar do CHAMAMENTO deverá apresentar os documentos exigidos nos **itens 4 e 5, observando o contido nos anexos do presente edital**, em envelope ou outro invólucro, **lacrado até o dia 31 agosto de 2023**, entregando-o no seguinte endereço:

I - DESTINATÁRIO:

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A/C Comissão Permanente de Licitação

Av. Eptácio Pessoa, 2501, Bairro dos Estados

CEP: 58030-002 – João Pessoa - PB

II - REMETENTE:

Nome dos Laticínios, Cooperativas e/ou Associações sem abreviatura, **conforme registro no CNPJ/MF e Endereço completo.**

- 5.7 A Organização da Agricultura Familiar ou o Laticínio deverá indicar, por meio do **formulário de informações do proponente (ANEXO II)**, os municípios em que pretende fornecer e distribuir o **Leite**, conforme a relação dos municípios constante no **ANEXO I**;
- 5.8 Durante a vigência do CHAMAMENTO, **havendo mais de uma Organização da Agricultura Familiar ou Laticínio credenciado para fornecimento do leite no mesmo município, ocorrerá à convocação dos mesmos a fim de ser realizado o rateio da demanda, ocasião em que a quantidade de leite a ser distribuída**

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Eptácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02



nos pontos de entrega será dividida equitativamente entre as usinas interessadas ou partilhada na forma que ajustarem;

5.9 Os documentos serão analisados pela COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO a partir da data final estabelecida para a entrega da documentação, constituída, através da *Portaria Nº 166/2023 publicada no Diário Oficial da Paraíba no dia 10/08/2023.*

5.10 A Comissão Especial De Credenciamento poderá solicitar aos interessados esclarecimentos via e-mail, no decorrer da análise dos documentos.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 A Organização da Agricultura Familiar ou o Laticínio para se credenciar deverá apresentar os seguintes documentos:

6.1.1 – Da Documentação relativa

a) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

c) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: Declaração de enquadramento, devidamente registrada na Junta Comercial ou Declaração emitida pela Receita Federal, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br





d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2. Da Documentação relativa à Regularidade Fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal da sede do laticínio, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

d) Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que estas apresentem alguma restrição, conforme determina o artigo 43 da LC 123/2006, sob pena de serem declaradas inabilitadas;

g) Certidão Negativa no cadastro Nacional de Condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade.

h) As declarações que não indicarem expressamente o prazo de validade serão consideradas o prazo de 30 dias.

6.3 Da Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

a) Certidão Negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta expedida há no máximo 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta:

b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) As empresas constituídas a menos de 01 ano deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura;

b.3) Na hipótese de ser a Usina e/ou Cooperativa Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante deverá apresentar Certidão Simplificada

6.4. Da Documentação relativa à Qualificação Técnica

a) Atestado de Capacidade Técnica do laticínio emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada, que comprove, de maneira satisfatória, aptidão para fornecimento de leite;

b) Alvará de Funcionamento - para funcionar e beneficiar leite para o consumo humano;

c) Alvará de licença para localização de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

d) Comprovante que possui em seu quadro, como empregado ou contratado, profissional regularmente habilitado como responsável técnico pela produção, com a

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02



GOVERNO DA PARAÍBA

respectiva indicação no formulário de informações do proponente, conforme ANEXO IV.

e) O Laticínio, Cooperativa e/ou Associação deverá possuir, além da estrutura de beneficiamento do Leite, os meios de transporte adequados e em quantidade suficiente para atender às demandas contratadas, conforme relação dos municípios constantes no **ANEXO III** deste Edital;

6.4.1. Em se tratando de unidade pertencente à iniciativa privada, exclusiva de produtores rurais enquadrados no Programa de Agricultura Familiar:

- a) Comprovante que possui veículo próprio ou locado, adequado para coleta de leite diretamente dos produtores sem prejuízo da qualidade final do produto coletado.
- b) Comprovante que possui veículo próprio ou locado, com adequada refrigeração para entrega do leite industrializado nos locais de distribuição do leite aos beneficiários do programa.

6.5. Da Documentação relativa à Capacidade de Processamento:

a) Deverá apresentar documento oficial que comprove a capacidade de processamento do produto bem como o registro do mesmo junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou na Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca através do Serviço de Inspeção Estadual (SIE);

b) Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionados, serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, cotados da data de sua emissão, a exceção dos atestados de Capacidade Técnica.

6.6 Da documentação complementar obrigatória:

a) Declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99), conforme **ANEXO III**;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02



GOVERNO DA PARAÍBA

- b) Declaração de que recebeu todos os documentos pertinentes à licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações desta licitação, conforme **ANEXO IV**;
- c) Declaração de Microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, conforme **ANEXO V**;
- d) Declaração de não relação de parentesco vedada pelo Inciso III do Art. 1º da Lei nº 8.124/2006, conforme **ANEXO VI**;
- e) Declaração de superveniência de fato impeditivo para as licitantes cadastradas, conforme **ANEXO VII**;

7. DO JULGAMENTO

7.1 O julgamento dos pedidos de CREDENCIAMENTO caberá à Comissão Especial De Credenciamento instituída pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano através da *Portaria Nº 166/2023 publicada no Diário Oficial da Paraíba no dia 10/08/2023*;

7.2 A análise da documentação pela Comissão Especial De Credenciamento protocolada pelos laticínios iniciará em **04 de setembro de 2023**;

7.2 Será considerado CREDENCIADO o Laticínio que preencher as condições constantes no presente instrumento convocatório, após a validação pela Comissão de Licitação;

7.3 O resultado do CREDENCIAMENTO será registrado em ATA e terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu Extrato no Diário Oficial do Estado, condicionada à vigência do Convênio Federal;

7.4 Será dado o prazo de 03 (três) dias úteis, após a publicação da ATA preliminar, para que a o Laticínio ajuste sua documentação em caso de indicação da Comissão Especial De Credenciamento.

7.5 Será permitida a participação dos interessados nas sessões de julgamento, conforme data de início constante no item 7.2 deste instrumento de convocatória.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02



8. DA MANUTENÇÃO DO CHAMAMENTO

8.1 Durante a vigência do CHAMAMENTO o Laticínio deverá manter as condições de regularidade exigidas à habilitação e informar qualquer alteração que houver, inclusive quanto às qualificações técnicas, econômico-financeira e regularidade fiscal.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Expedido o “Termo de Homologação do CREDENCIMENTO” e havendo a necessidade em contratar Organização da Agricultura Familiar ou o Laticínio será convocada pela **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano/SEDH** para celebração do contrato, bem como, posterior início da execução do objeto.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir com todas as obrigações constantes no Edital, anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa perfeita execução do objeto;

10.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, quantidades, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;

10.3 O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.4 A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078 de 1990);

10.5. Substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo de 01 (um) dia o produto com avarias ou defeitos;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

10.6 Realizar a entrega em todos os locais credenciados durante toda a vigência do contrato;

10.7 Quando da impossibilidade de realizar a entrega do objeto, comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos do não cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e os encaminhamentos para sanar o problema;

10.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.9 Indicar preposto para representar a Contratada durante toda a execução do contrato;

10.10 Como condição de recebimento do objeto pelo órgão/entidade contratante, e posterior pagamento, a contratada deverá comprovar, no ato da entrega do material, a origem da mercadoria ou bem fornecido ao Estado, respeitados os termos da proposta apresentada na licitação, quando este cotar preço para carma que não seja de sua fabricação, mediante apresentação da nota fiscal de origem;

10.11 Ressalta-se ainda, que para fins de cadastramento, seleção, contratação e pagamento, os Laticínios, Cooperativas e/ou Associações devem comprovar toda a documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a relação contratual existente;

10.12 Conforme Instrução Normativa 00001/2023- SEFAZ de 06 de julho de 2023, será deduzido os tributos ali dispostos, no qual obriga a Administração Pública Direta e Indireta a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na IN RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02



GOVERNO DA PARAÍBA

11.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos com as especificações contidas no Edital, seus anexos e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

11.3 Comunicar à Contratada por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.5 Efetuar o pagamento dentro do prazo estabelecido à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos, assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Serão descredenciados os Laticínios, Cooperativas e/ou Associações **que não apresentarem toda a documentação exigida no edital;**

12.2 A SEDH poderá determinar a realização de diligência para esclarecer dúvidas ou instruir processos e solicitar esclarecimentos ao Laticínio, Cooperativa e/ou Associação interessada, fixando prazo para atendimento;

12.3 O CHAMAMENTO poderá ser cancelado por conveniência da Administração Pública ou anulado caso constatada ilegalidade, sem direito à indenização às usinas participantes;

12.4 Na vigência do Edital de CHAMAMENTO, a **SEDH**, poderá requerer ao Laticínio, Cooperativa e/ou Associação contratada a **apresentação da documentação que comprove a manutenção das condições de habilitação exigidas no CHAMAMENTO;**

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02



GOVERNO DA PARAÍBA

12.5 O ato de homologação da ata de CHAMAMENTO não confere o direito à contratação;

12.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial De Credenciamento com base na legislação vigente;

12.7 As decisões da Comissão Especial De Credenciamento serão consideradas definitivas somente após homologação da ATA DE CHAMAMENTO pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano;

12.8 O presente Edital será disponibilizado no endereço eletrônico: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/editais1-1> e informações ou esclarecimentos adicionais acerca deste Edital poderão ser obtidos através de e-mail: cpl@sedh.pb.gov.br e/ou através do telefone (83) 3133-4070, e/ou na sala da Comissão Especial De Credenciamento da SEDH localizada na Av. Epitácio Pessoa, 2501, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, térreo;

12.9 Fica eleito o Foro de João Pessoa/PB, com renúncia dos demais por mais privilegiado que sejam, para dirimir quaisquer questões oriundas deste CHAMAMENTO, bem como do contrato a serem celebradas, depois de esgotadas todas as vias administrativas;

12.10. Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição:

- a) Anexo I- Termo de Referência;
- b) Anexo II- Formulário de informações do proponente;
- c) Anexo III- Declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99);
- d) Anexo IV- Declaração de que recebeu todos os documentos pertinentes à licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações desta licitação;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- e) Anexo V - Declaração de Microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei nº 11.488/2007;
- f) Anexo VI - Declaração de não relação de parentesco vedada pelo Inciso III do Art. 1º da Lei nº 8.124/2006;
- g) Anexo VII – Declaração de Superveniência de fato impeditivo de Chamamento;
- h) Anexo VIII - Minuta de Contrato.

YASNAIA POLLYANA WERTON DUTRA
Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano

GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA
Presidente da Comissão Especial De Credenciamento

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados - CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070
E-mail: cpl@sedh.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02

Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA -

Modalidade da Licitação: Chamada Pública, conforme Convênio 919460/2021

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada de Cooperativas, Associações e/ou Empresa Privada de Laticínios para prestação de serviço de captação, beneficiamento e distribuição de leite de vaca, oriundo da agricultura familiar, visando à execução do PROGRAMA ALIMENTA BRASIL- Modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, conforme Convênio 919460/2021 celebrado entre o Governo Federal e o Estado da Paraíba;

1.1. Aquisição de Leite Pasteurizado, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE /LEITE
1	LEITE de vaca para atender ao Programa Alimenta Brasil – Modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, cujo produto deverá apresentar as seguintes características: pasteurizado, branco leitoso, gordura (3%). acondicionado em embalagem plástica conforme padrão estabelecido pelo Ministério da Cidadania (anexo 1), contendo 1 litro, informações do fabricante, data de fabricação, vencimento, composição físico-química do produto, marcas do Programa, do Governo Federal, Governo do Estado da Paraíba e registro no serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, ou registro no serviço de Inspeção Estadual – SIE da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP impresso na embalagem, com distribuição diária em todo o estado da Paraíba, conforme detalhamento em anexo.	LITRO	R\$ 1,13	1.348.200

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento N°: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



VPBdoc



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



VPBdoc

Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



**GOVERNO
DA PARAIBA**

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição do leite é destinada às famílias em situação de vulnerabilidade, “Art. 1º Para fins desta Resolução consideram-se: I – Beneficiários consumidores: indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e de nutrição financiadas pelo Poder Público e, em condições específicas definidas pelo GGPA, aqueles atendidos pela rede pública de ensino e de saúde e que estejam sob custódia do Estado em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação do sistema socioeducativo”; com cadastro atualizado no CADÚnico nos municípios paraibanos, conforme lista em anexo – tabela de meta.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Os bens deverão ser entregues aos municípios contemplados de acordo com quantitativo diário estabelecido neste termo (vide anexo), atendido conforme demanda autorizada pela contratante de acordo com disponibilidade orçamentária;
- 3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente logo após a entrega pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência (Item 1.1) e na proposta .
- 3.3. Os bens deverão ser transportados em caminhão frigorífico e acondicionados em freezer disponibilizados pela contratada em cada ponto de entrega ou posto de doação.
- 3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência (Item 1.1) e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 3.5. Se o recebimento dos bens for efetuado por unidade descentralizada, a unidade recebedora, por intermédio de servidor ou comissão designada, deverá encaminhar à unidade pagadora relatório declarando o recebimento do material e a conformidade das especificações técnicas e quantitativos juntamente com a Nota Fiscal.
- 3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 3.7. Como condição de recebimento do objeto pelo órgão/entidade contratante, e posterior pagamento, o fornecedor deverá comprovar, no ato da entrega do material, a origem da mercadoria ou bem fornecido

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento N°: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



**GOVERNO
DA PARAIBA**

ao Estado, respeitados os termos da proposta apresentada na licitação, quando este cotar preço para marca que não seja de sua fabricação, mediante apresentação de nota fiscal de origem.

3.8. O servidor ou Comissão responsável ao atestar o recebimento do objeto deverá informar se a entrega foi realizada no prazo; se não, anexar parecer técnico encaminhado ao Ordenador de Despesa, nos termos do Art. 4º da Lei nº 9.697/2012 (CAFIL).

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da contratante:

4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5. Efetuar o pagamento, de forma mensal, no prazo de até 20 dias após transcorrido o serviço, direto na conta informada pela Contratada, no valor correspondente ao fornecimento mensal do objeto, comprovados de acordo com o Item 6 deste Termo de Referência;

4.2. A administração não responderá por quaisquer compromissos, assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, quantidades, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.1.2. O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento Nº: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



SDHPRC202303751V01

 PBdoc



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>

 PBdoc

Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 5.1.4. Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o produto com avarias ou defeitos;
- 5.1.5. Realizar a entrega em todos os locais credenciados durante toda a vigência do contrato, conforme especificações dos (itens 3.1, 3.2 e 3.3);
- 5.1.6. Quando da impossibilidade da entrega comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos do não cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e os encaminhamentos para sanar o problema, não havendo a comunicação a Contratada será notificada e poderá ter seu contrato rescindido caso continue a descumprir a execução contratada;
- 5.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 6.1. Nos termos do art. 67 da Lei n 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei n 8.666/1993;
- 6.3. O representante da administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1 As usinas e/ou cooperativas que manifestarem interesse em se credenciar para fornecimento em cidades com disponibilidade para recebimento do objeto deverão enviar documentação específica, de acordo com os critérios existentes no edital de licitação, desde que estejam dentro do período de execução do PAA-Leite, especifique-se 12 (doze meses);

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento N°: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

8. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Quanto a forma de fornecimento será feita pelo período de 12 (doze) meses;
8.2. O prazo de vigência será definido no instrumento de contrato.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará às seguintes sanções:

9.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação;

9.1.2. Multa moratória de até 1% (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação até o limite de 10 (dez) dias;

9.1.3. Multa compensatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

9.1.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.1.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão contratante, no mesmo percentual, pelo prazo de até dois anos;

9.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública Estadual e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral do Estado, pelo prazo de até cinco anos;

9.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos causados;

9.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da lei nº 8666/1993.

9.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.5. As penalidades previstas nos subitens 9.1.5 a 9.1.7 importarão na inclusão da contratada no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com o Estado da Paraíba-CAFIL/PB.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento Nº: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



SDHPRC202303751V01

▼PBdoc



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>

▼PBdoc

Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



GOVERNO
DA PARAÍBA

9.6. Cabe ao Órgão/Entidade contratante a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

9.6.1. As aplicações de penalidades por órgão participante deverão ser informadas ao órgão gerenciador.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidade e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12. DA FUNDAMENTAÇÃO

12.1. O presente será regido pela Resolução Nº 04 de 21 de setembro de 2022, DECRETO Nº 11.476 de 06 de abril de 2023, aplicando-se subsidiariamente as normas sobre licitações e contratos administrativos da Lei 8.666/93 e suas modificações.

João Pessoa, 05 de junho de 2023

TELMA VIRGINIA DA SILVA CUSTÓDIO

Gerente Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional Mat. 179.873-1

ANEXO I – MODELO DE EMBALAGEM

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento Nº: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



SDHPRC202303751V01

▼PBdoc



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>

▼PBdoc

Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



GOVERNO
DA PARAIBA

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

LEITE DE CABRA PASTEURIZADO INTEGRAL

CONTEÚDO: 1L

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL

Porções por embalagem: 05		Porção: 200 ml (4% leite)	
	Valor	Porção	Porção
Valor energético (kcal)			
Carboidratos (g)			
Proteínas (g)			
Ácidos gordurosos (g)			
Sódio (g)			
Carboidratos totais (g)			
Carboidratos totais (g)			
Ácidos gordurosos (g)			
Sódio (g)			
Ácidos gordurosos (g)			
Sódio (g)			

**NÃO CONTEM GLÚTEN
ALEGÓRICO: CONTEM LEITE
CONTEM LACTOSE**

REGISTRO NO...
SDB Nº (NÚMERO DE REGISTRO)

Prazo de Validade:
Leite:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
121

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento Nº: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



SDHPRC20230375 TV 01



SDHPRC202303751 V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Humano



GOVERNO
DA PARAIBA

GESAN - META DIÁRIA DE EXECUÇÃO PARA O PROGRAMA
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – IPCL –

ORDEM	MUNICÍPIO	TIPO	META/DIA	POSTO	ENTIDADE
01	BOM JESUS	VACA	300	1	1
02	CAJAZEIRAS	VACA	500	2	1
03	CAJAZEIRINHAS	VACA	300	1	1
04	JOÃO PESSOA	VACA	4000	12	6
05	MALTA	VACA	300	1	1
06	MATO GROSSO	VACA	100	1	
07	POMBAL	VACA	800	3	1
TOTAL	07 MUNICÍPIOS		6300		

Observação 1: A quantidade de pontos de distribuição e de posto de doação pode sofrer variações para mais ou para menos de acordo com a disponibilidade orçamentária do Programa Aquisição de Alimentos – Modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e também por adequações técnicas de espaço para entrega do objeto.

Observação 2: Os pontos de distribuição serão determinados pela contratante de acordo com o especificado no Decreto nº 11.476/2023, na seção II art.10

TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTÓDIO
Gerente Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional
Mat. 179.873-1

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Ed. Júlio A. Pinto – Bairro dos Estados – CEP 58.030-002 João
Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDH40283] [SENHA] TELMA VIRGÍNIA DA SILVA CUSTODIO em 04/08/2023 - 09:50hs.
Documento N°: 3033743.24632541-5765 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.24632541-5765>



SDHPRC20230375 TV01

▼PBdoc



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751 V02

▼PBdoc

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE

CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Razão Social:			
Nome fantasia:			
Endereço:			
Bairro:		Município:	
Telefone (s):			
E-mail:			
Administrador da Usina:			
Responsável Técnico pela produção:		Qualificação:	
CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE LEITE/DIA:			

Relacionar os municípios que se propõe a fornecer e entregar o leite, os pontos de distribuição, quantidades, valores e tipo de leite, de acordo com a tabela abaixo:

MUNICIPIO	POSTO DE ENTREGA	ENDEREÇO	BARRIO	QT D/DIA	QT D/365	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL DIA R\$	VALOR TOTAL MÊS (R\$)	VALOR TOTAL ANO (R\$)	TIPO LEITE

___ (localidade) ___, em ___ de ___ de ____ .

___ (assinatura) ___

(nome por extenso) / (cargo)

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

___ (nome da empresa) ___, CNPJ-MF n.º ___, sediada ___ (endereço completo) _____, telefone (xx) xxxx-xxxx, email: xxxxxxxx@xxxxx.com.br, tendo examinado o EDITAL, vem declarar sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

___ (localidade) ___, em ___ de ___ de ____ .

___ (assinatura) ___

(nome por extenso)

(cargo)

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

___ (nome da empresa) ___, CNPJ-MF n.º ___, sediada ___ (endereço completo) ____, telefone (xx) xxxx-xxxx, email: xxxxxxx@xxxxx.com.br, tendo examinado o EDITAL, vem declarar que recebeu todos os documentos pertinentes ao Edital supracitado e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações para o cumprimento das obrigações desta licitação.

___ (localidade) ___, em ___ de ___ de ____ .

___ (assinatura) ___

(nome por extenso)

(cargo)

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____ empresário ou sócios da empresa,
_____, com sede na _____ (endereço
completo) _____, telefone (xx) xxxx-xxxx, email:
xxxxxxx@xxxxx.com.br, em constituição nessa Junta Comercial, declara(m) para os devidos fins
e sob as penas da Lei, que a receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, ao limite
fixado no inciso I (se microempresa) ou II (se empresa de pequeno porte) do art. 3º da Lei
Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das
hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Em atendimento as disposições da Lei Complementar 123/2006, a microempresa ou empresa de
pequeno porte adotará em seu nome empresarial a expressão ME ou EPP.

__ (localidade) __, em __ de __ de ____ .

__ (assinatura) __

(nome por extenso)

(cargo)

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e
[SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



SDHPRC202303751V02

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE NÃO TER RELAÇÃO DE PARENTESCO VEDADA PELO
INCISO III DO ART. 1º DA LEI Nº 8.124/2006.**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº ____, (Bairro/Cidade), através de seu Representante Legal, (Nome/CPF), declara para fins do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.124, de 19 de dezembro de 2006, alterado pela Lei nº 10.272, de 09 de abril de 2014, não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada no inciso III, do art. 1º. Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

João Pessoa - PB, em _____ de _____ de 20__.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal.

Carteira de Identidade (Nº e Órgão Expedidor)

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>



ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE
CHAMAMENTO**

__ (nome da empresa) __, CNPJ-MF n.º __, sediada __ (endereço completo) __, telefone: (XX) XXXX-XXXX, email: xxxxxxxx@xxxxx.com, tendo examinado o CHAMAMENTO, DECLARAR, para fins de participação, sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

__ (localidade) __, em __ de __ de ____ .

__ (assinatura) __

(nome por extenso)

(cargo)

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>





MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – SEDH E XXXXXXXX, DE ACORDO COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SDH-PRC-2023/03751, NA FORMA ABAIXO:

A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, com sede no Av. Epitácio Pessoa, 2501, Bairro dos Estados - João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.276/0001-07, neste ato representada pela Secretária, a Sra. YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA, brasileira, inscrita no CPF nº 027.944.304-83, nomeada pelo Ato Governamental nº 238 de 01 de fevereiro de 2023, publicado no DOE de 02 de fevereiro de 2023, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e XXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, com sede XXXXXXXX, XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo XXXXXXXX, portadora da Cédula de Identidade XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, RESOLVEM celebrar o presente Contrato de fornecimento e distribuição de leite pasteurizado integral para o Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade PAA-Leite, em conformidade com a homologação do resultado do credenciamento através do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 - Chamada Pública para contratação de cooperativas, associações e/ou empresa privada de laticínios, oriundo do Processo administrativo SDH-PRC-2023/03751, consubstanciado na Inexigibilidade de Licitação nº 003/2023 – Processo nº 27.000.003751.2023, que se regerá pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo Decreto Federal nº 11.476, de 6 de abril de 2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, pelas Resolução nº 04/2022 do Grupo Gestor do PAA do Governo Federal, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas atinentes, cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de captação, beneficiamento, envasamento, transporte e distribuição de leite, oriundo da agricultura familiar, visando à execução do Programa Aquisição De Alimentos, na modalidade PAA-LEITE, conforme Convênio nº 919460/2021 celebrado entre o Governo Federal e o Estado da Paraíba, de acordo com o Edital de Chamada Pública Nº 001/2023 para os seguintes Municípios:

MUNICÍPIO	TIPO LEITE	VALOR UNIT R\$	QTD/DIA	VALOR TOTAL DIA R\$	VALOR TOTAL 6 MESES R\$
TOTAL R\$ xxxxxxxx					

1.1.1 O produto deverá apresentar as seguintes características: LEITE de vaca para atender ao Programa Alimenta Brasil – Modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, cujo produto deverá apresentar as seguintes características: pasteurizado, branco leitoso, gordura (3%), acondicionado em embalagem plástica conforme padrão estabelecido pelo Ministério da Cidadania (anexo 1), contendo 1 litro, informações do fabricante, data de fabricação e vencimento, composição físico-química do produto, marcas do Programa, do Governo Federal, Governo do Estado da Paraíba e registro no serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, é enviada através do sistema de mensagens eletrônicas do Governo da Paraíba. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.



Assinado com senha por [SDH41349] [SENHA] FABIANA PIRES DE LACERDA FIALHO em 11/08/2023 - 11:48hs.
Documento Nº: 3033743.25029995-7971 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25029995-7971>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02

VPBdoc



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>

VPBdoc



Pecuária e Abastecimento – MAPA, ou registro no serviço de Inspeção Estadual – SIE da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP impresso na embalagem, com distribuição diária em todo o estado da Paraíba, conforme detalhamento em anexo.

1.2 O leite deverá ser embalado em sacos plásticos, rotulados conforme orientação do Programa Alimenta Brasil e da legislação vigente, contendo 1.000 ml e pesando entre 1.028 a 1.034 gramas cada, contendo a logomarca da CONTRATADA, da CONTRATANTE e do PAA-LEITE, a rotulagem nutricional obrigatória e todos pré requisitos contidos no layout definido pelo MINISTÉRIO DA CIDADANIA e aprovado pelo serviço de inspeção de produtos de origem animal, transportado em temperatura não excedente a 7º C (sete graus Celsius), em veículo apropriado, conforme distância percorrida da sede de expedição do fornecedor laticinista a entidade e/ou ponto de distribuição, em ambiente higiênico e isotérmico, dotado de unidade frigorífica, com as embalagens acondicionadas em sacos plásticos transparentes dispostos em caixas plásticas com no máximo 25 (vinte e cinco) unidades cada;

1.3 A CONTRATADA deverá substituir imediatamente e sem ônus, embalagens de leite danificadas, transportadas em temperatura fora do padrão ou que, por qualquer motivo comprometam o volume ou a qualidade do leite fornecido ao PAA-LEITE. Para tanto deverá dispor de margem de 5% (cinco por cento) do volume total a ser distribuído no respectivo dia de entrega, para providenciar substituição imediata;

1.4. A CONTRATADA deverá fornecer e entregar o leite nos municípios e locais de entrega informados pela CONTRATANTE, considerando 7 (sete) dias da semana nos horários de funcionamento dos locais pré-determinados, obedecendo ao prazo de validade do produto que deverá ser devidamente expresso na embalagem;

1.5 O volume de leite a ser distribuído deverá estar em conformidade com o quantitativo definido na tabela do item 1.1.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da Contratação será até XXXXXXX, contado a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

3. DO VALOR

3.1. O valor do contrato é de XXXXXXX (XXXXXXX).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminadas:
XXXXXXX

5. DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, é enviada através do sistema de mensagens do Governo da Paraíba. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.



Assinado com senha por [SDH41349] [SENHA] FABIANA PIRES DE LACERDA FIALHO em 11/08/2023 - 11:48hs.
Documento N°: 3033743.25029995-7971 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25029995-7971>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>





5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG N. 5/2017.

5.2.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação;

5.4.1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.5. Nos termos do Anexo VIII - A, da Instrução Normativa MPDG n° 05, de 25/05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, sempre que a Contratada:

5.5.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.5.2. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável:

5.7.1. Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013.

5.7.2. Será realizada a retenção do Imposto de Renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores, nos termos apresentados pela Instrução Normativa 00001/2023/SEFAZ, de 06 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 07 de julho de 2023.

5.7.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.7.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.8. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, cujos dados bancários serão indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, devendo ser considerado o Decreto Estadual nº 37.693, de 2017.

5.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, é enviada apenas para o destinatário nomeado. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.



Assinado com senha por [SDH41349] [SENHA] FABIANA PIRES DE LACERDA FIALHO em 11/08/2023 - 11:48hs.

Documento N°: 3033743.25029995-7971 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25029995-7971>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02

VPBdoc



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.

Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>

VPBdoc



pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX)
I = (6/100) / 365
I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. DA INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

- 6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.
- 6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. Os bens deverão ser entregues aos municípios contemplados de acordo com quantitativo diário estabelecido no edital e no Termo de Referência, atendido conforme demanda autorizada pela contratante de acordo com disponibilidade orçamentária.
- 7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente logo após a entrega pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (Item 1.1) e na proposta.
- 7.3. Os bens deverão ser transportados em caminhão frigorífico e acondicionados em freezer disponibilizados pela contratada em cada ponto de entrega ou posto de doação.
- 7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Item 1.1) e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.5. Se o recebimento dos bens for efetuado por unidade descentralizada, a unidade recebedora, por intermédio de servidor ou comissão designada, deverá encaminhar à unidade pagadora relatório declarando o recebimento do material e a conformidade das especificações técnicas e quantitativos juntamente com a Nota Fiscal.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.7. Como condição de recebimento do objeto pelo órgão/entidade contratante, e posterior pagamento, o fornecedor deverá comprovar, no ato da entrega do material, a origem da mercadoria ou bem fornecido ao Estado, respeitados os termos da proposta apresentada na licitação ou chamada pública, quando este cotar preço para marca que não seja de sua fabricação, mediante apresentação de nota fiscal de origem.
- 7.8. O servidor ou Comissão responsável ao atestar o recebimento do objeto deverá informar se a entrega foi realizada no prazo; se não, anexar parecer técnico encaminhado ao Ordenador de

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, é enviada através do sistema de e-mail do Governo do Estado da Paraíba. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.



Assinado com senha por [SDH41349] [SENHA] FABIANA PIRES DE LACERDA FIALHO em 11/08/2023 - 11:48hs.
Documento N°: 3033743.25029995-7971 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25029995-7971>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>





Despesa, nos termos do Art. 4º da Lei nº 9.697/2012 (CAFIL).

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada, na forma estabelecida no Termo de Referência, pela Sra. **XXXXXXX**, com matrícula nº XXXXXX, especialmente designado pela Portaria nº XXXXXX, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 São obrigações da contratante:

- 9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 9.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento, de forma mensal, no prazo de até 20 dias após transcorrido o serviço, direto na conta informada pela Contratada, no valor correspondente ao fornecimento mensal do objeto, comprovados de acordo com o Item 6 deste Termo de Referência;
- 9.1.6. A administração não responderá por quaisquer compromissos, assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 9.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, quantidades, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.2.2. O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 9.2.4. Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o produto com avarias ou defeitos;
- 9.2.5. Realizar a entrega em todos os locais credenciados durante toda a vigência do contrato.
- 9.2.6. Quando da impossibilidade da entrega comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos do não cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e os encaminhamentos para sanar o problema, não havendo a comunicação a Contratada será notificada e poderá ter seu contrato rescindido caso continue a descumprir a execução contratada;
- 9.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou chamada pública.
- 9.2.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 9.2.9. Como condição de recebimento do objeto pelo órgão/entidade contratante, e posterior pagamento, a contratada deverá comprovar, no ato da entrega do material, a origem da mercadoria

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, é emitida pelo sistema de e-mail oficial do Governo do Estado da Paraíba. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.



Assinado com senha por [SDH41349] [SENHA] FABIANA PIRES DE LACERDA FIALHO em 11/08/2023 - 11:48hs.

Documento Nº: 3033743.25029995-7971 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25029995-7971>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.

Documento Nº: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>





ou bem fornecido ao Estado, respeitados os termos da proposta apresentada na licitação ou chamada pública, quando este cotar preço para carma que não seja de sua fabricação, mediante apresentação da nota fiscal de origem;

9.2.10. Comprovar toda a documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a relação contratual existente;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

10.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação;

10.1.2. Multa moratória de até 1% (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

10.1.3. Multa compensatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

10.1.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.1.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão contratante, no mesmo percentual, pelo prazo de até dois anos;

10.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública Estadual e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral do Estado, pelo prazo de até cinco anos;

10.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos causados;

10.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber nas disposições da Lei nº 8666/1993.

10.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.5. As penalidades previstas nos subitens 10.1.5 a 10.1.7 importarão na inclusão da contratada no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com o Estado da Paraíba-CAFIL/PB.

11. DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, é enviada eletronicamente para o e-mail atendimento@sedh.pb.gov.br. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.



Assinado com senha por [SDH41349] [SENHA] FABIANA PIRES DE LACERDA FIALHO em 11/08/2023 - 11:48hs.

Documento N°: 3033743.25029995-7971 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25029995-7971>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.

Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>





12. DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. DAS ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, no Decreto Estadual nº 24.649, de 2003, no Decreto Estadual nº 34.986, de 2014 e demais normativos de licitação e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Estado, nos termos do § Único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

16. DO FORO

16.1. O foro para dirimir os litígios decorrentes da execução deste contrato é o da Comarca de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

João Pessoa, _____ de _____ de 2023.

REPRESENTANTE LEGAL
XXXXXXX

YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - SEDH

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, é enviada através do sistema de e-mail corporativo. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.



Assinado com senha por [SDH41349] [SENHA] FABIANA PIRES DE LACERDA FIALHO em 11/08/2023 - 11:48hs.
Documento N°: 3033743.25029995-7971 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25029995-7971>



SDHPRC202303751V01



SDHPRC202303751V02



Assinado com senha por [SDH40539] [SENHA] GYBRAIANA DIAS DE FRANÇA em 14/08/2023 - 11:21hs e [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 14/08/2023 - 15:21hs.
Documento N°: 3033743.25093923-2289 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3033743.25093923-2289>

